

“Escola da terra” em tempos de negação da escola

“Earth School” in times of school denial

“Escuela de la Tierra” en tiempos de negación escolar

Luiz Bezerra Neto¹

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O texto discute a implementação do programa escola da terra no Estado de São Paulo. Parte do princípio que o Estado possui grande quantidade de escolas no meio rural, funcionando com classes multisseriadas. Escolas que desde o final dos anos 1980 vem sendo fechadas, tanto pelos sucessivos governos do Estado, como pelos governos municipais, representantes das burguesias locais. Discute-se ainda, a importância dos movimentos sociais na luta contra o fechamento das escolas no campo, bem como a luta por transformações na sociedade brasileira, controlada por uma burguesia com ideologias escravocratas que visa manter os trabalhadores longe de uma escola que possa oferecer algum tipo de conhecimento relevante em relação às formas de expropriação pelo capital.

Palavras-chave: Programa escola da terra. Classes multisseriadas. Fechamento de escolas no campo.

Abstract: The text discusses the implementation of the Escola da Terra program in the State of São Paulo. It assumes that the State has a large number of schools in rural areas, operating with multigrade classes. Schools that since the late 1980s have been closed, both by successive state governments and municipal governments, representatives of the local bourgeoisie. It is also discussed the importance of social movements in the fight against the closing of schools in the countryside, as well as the fight for transformations in Brazilian society, controlled by a bourgeoisie with slavocratic ideologies that aims to keep workers away from a school that can offer some type of relevant knowledge in relation to the forms of expropriation by capital.

Keywords: Earth School Program. Multiseriate classes. Closing of schools in the countryside.

Resumen: El texto trata sobre la implementación del programa Escola da Terra en el Estado de São Paulo. Se supone que el Estado cuenta con un gran número de escuelas en las zonas rurales, operando con clases multigrado. Escuelas que desde fines de la década de 1980 han sido cerradas, tanto por sucesivos gobiernos estatales como municipales, representantes de la burguesía local. También se discute la importancia de los movimientos sociales en la lucha contra el cierre de escuelas en el campo, así como la lucha por las transformaciones de la sociedad brasileña, controlada por una burguesía con ideologías esclavocráticas que pretende alejar a los trabajadores de una escuela que pueda ofrecer algún tipo de conocimiento relevante en relación con las formas de expropiación por parte del capital.

Palabras clave: Programa Escuela Tierra. Clases multiseriadas. Cierre de escuelas en el campo.

¹ Pós-Doutor pela UFBA, Mestrado e Doutorado em Educação pela UNICAMP, Graduado em Filosofia pela PUCAMP, Especialista em economia do trabalho e sindicalismo. Professor Titular da UFSCar - São Carlos, São Paulo, Brasil, atuando na Graduação e Pós-graduação. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo – GEPEC. É bolsista produtividade PQ2 – CNPQ. E-mail: lbezerra@ufscar.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4809080593333472>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6388-3467>.

Recebido em: 02 de agosto de 2022.

Aceito em: 10 de agosto de 2022.

Introdução

Neste texto discutiremos o processo de implementação do programa escola da terra no Estado de São Paulo, um Estado marcado pela industrialização, cuja burguesia parte do pressuposto de que o Estado não contem povoações no campo, quando este possui grande quantidade de escolas no meio rural, funcionando com classes multisseriadas. Escolas que desde o final dos anos 1980 vem sendo sistematicamente fechadas, tanto pelos sucessivos governos do Estado, liderados pelo PSDB, como pelos governos municipais, representantes das burguesias locais.

Discute-se ainda, a importância dos movimentos sociais na luta contra o fechamento das escolas no campo, bem como a luta por transformações na sociedade brasileira, controlada por uma burguesia com ideologias escravocratas e, características fascistas, que visa manter os trabalhadores longe de uma escola que possa oferecer quaisquer tipos de conhecimentos relevantes que possa leva-los a perceber as formas de expropriação impostas pelo capital.

A escola da terra e sua negação pela burguesia brasileira

Discutir a educação no campo tem sido um problema, sobretudo no Estado de São Paulo, estado que através dos discursos oficiais não tem mais rural, pois, o “agro que é pop” o “agro que é tech” o “agro que é tudo”, e que ao mesmo tempo é veneno, exploração e fome, ao longo do tempo vem expulsado o homem do campo e destinando as terras rurais apenas para algumas monoculturas e a criação de gado, pelo menos enquanto expressão de desejo dos capitalistas.

Neste sentido, através dos discursos do agronegócio, a burguesia industrial e financeira que governa o país não reconhece as vastas extensões de terras que pertencem a pequenos e micros proprietários de terra que ainda moram no campo e tiram da terra o seu sustento, sobretudo com o desenvolvimento da agricultura familiar, via de regra, numa produção com características agroecológicas, com o uso de pouco ou sem nenhum veneno.

Além disso, o congresso nacional tem em sua composição, grande número de deputados e senadores que defendem, através de suas ações e ou omissões, a destruição dos rios, solos e

do meio ambiente em geral. Parte da destruição do meio ambiente vem sendo feita por “empresas” ligadas ao agronegócio, sobretudo as empresas de pecuária e de monoculturas da cana e da soja. Estas empresas contam com fortes bancadas no congresso. De acordo com o portal de notícias “universo On line” UOL, 68% dos deputados, na câmara federal tem votado contra o meio ambiente, possibilitando um processo de degradação e destruição, sobretudo nas terras indígenas (JUNQUEIRA, D.; LOBATO, G.; ROSSI, M., 2022).

Via de regra, a destruição do meio ambiente se dá pela poluição dos rios, sobretudo com as atividades mineradoras, com as queimadas que destroem grandes partes dos biomas brasileiros e, principalmente com a retirada de madeiras ilegais patrocinados pelo governo liderado por Jair Bolsonaro, que segundo o portal UOL, tem agido contra indígenas e trabalhadores rurais. O portal aponta ainda que mesmo diante de protesto como os ocorridos em abril de 2022, pela demarcação de terras indígenas e contra o avanço de pautas antiambientais no Congresso.

Dados mostram que onda bolsonarista de 2018 fortaleceu bancada ruralista no Congresso Enquanto o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles sugeria aproveitar a pandemia para ir "passando a boiada", pelo menos 351 deputados federais, ou dois terços da Câmara dos Deputados (JUNQUEIRA, D.; LOBATO, G.; ROSSI, M., 2022, n.p).

Para o portal de notícias parlamentares bolsonaristas tem apresentado projetos de lei e votado a favor de

mudanças legislativas que prejudicam a fiscalização ambiental, favorecem atividades econômicas predatórias, precarizam a legislação trabalhista, dificultam o acesso a benefícios sociais e travam a reforma agrária, dentre outros retrocessos apontados por organizações socioambientais. Para avaliar os deputados, foram analisadas 28 votações nominais e 485 projetos de lei apresentados na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2019. As propostas e os votos foram classificados como "favoráveis" ou "desfavoráveis" por 22 organizações especializadas em temas sociais, ambientais e trabalhistas (JUNQUEIRA, D.; LOBATO, G.; ROSSI, M., 2022, n.p).

Além das condições acima elencadas e, apesar do discurso urbanista, sobretudo no Estado de São Paulo, a população que vive no e do campo ainda é bastante grande, mas como não é reconhecida pela burguesia que governa o Estado quase nunca se pensa na escolarização destas populações, logo, não se investe ou se investe muito pouco em escolas e formação de professores. Durante muito tempo, a escola do meio rural foi concebida como a “prima pobre” das escolas urbanas, para onde eram mandados todas as coisas que não serviam mais para as escolas urbanas, tais como: armários, livros, carteiras, ou o que mais fosse substituído por materiais novos nas escolas das cidades.

Com a participação dos movimentos sociais que atuam no campo, principalmente o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST, a partir da metade da década de 1980 desenvolveu-se forte luta por uma educação do campo no campo, entendendo-se que a educação do homem do campo deveria ser pensada, elaborada e administrada por pessoas que vivem e atuam no meio rural.

Estas lutas se tornam ainda mais necessárias à medida que setores que atuam no campo tem se armado para enfrentar os trabalhadores rurais que lutam por terra, trabalho e educação, como tem sido demonstrado por agências de notícias ao denunciar que armamentistas incentivam aumento de armas de fogo e clubes de tiro no campo, tal qual tem sido estimulado pelo presidente do Proarmas, Marcos Pollon, em visita a um clube de tiro na zona rural de Sidrolândia (MS) (PIRES, 2020)

De acordo com o portal, o

Presidente do Proarmas pediu votos para Bolsonaro em palestra para armar fazendeiros "O Eduardo Bolsonaro é um monstro tocando essa pauta. Se não fosse ele, não conseguiria 10% do que eu faço hoje", afirmou líder do movimento Proarmas "Sou eu e não o Estado quem tem que defender a minha propriedade", declarou o presidente do movimento Proarmas, Marcos Sborowski Pollon, em uma palestra dada a produtores rurais em Unai (MG) (PIRES, 2022, n.p).

Esta situação, de enfrentamento que os trabalhadores rurais vem enfrentando não são recentes, mas tem contribuído para que algumas políticas públicas/estatais sejam criadas para os povos do campo, envolvendo assentados da reforma agrária, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, indígenas etc. Uma destas lutas desenvolvidas após o assassinato de dezenove (19) trabalhadores rurais pela polícia militar do Estado do Pará, Estado governado naquele momento pelo PSDB, principal partido de representação da burguesia brasileira, resultou na criação do programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Este programa, mesmo tendo sido criado por um governante burguês, encontrou, sobretudo a partir do governo liderado por Luís Inácio Lula da Silva, muita resistência, imposta por setores da burguesia contrários à educação da classe trabalhadora.

Outro movimento importante decorrido da luta dos trabalhadores foi o movimento por uma educação do campo que denunciou as condições em que as escolas localizadas na zona rural se encontravam, bem como as condições de oferta de ensino nesse meio, sobretudo com o fechamento de escolas no meio rural e o uso de transportes para escolas urbanas ou escolas nucleadas no próprio meio rural. O fechamento de escolas foi denunciado pelo MST, com o slogan: Fechar escola é crime. Mas o agronegócio e os prefeitos que o apoiam e continuaram a cometer este crime contra a classe trabalhadora e, as escolas continuaram e, continuam a serem fechadas sob o argumento de que é muito caro manter uma escola com poucos alunos.

Grande avanço para a educação no campo aconteceu com a criação da secretaria de educação continuada alfabetização e diversidade – SECAD, no ano de 2004. Com a SECAD, juntaram-se as ações de educação, alfabetização e diversidade em uma única secretária, o que beneficiou as ações propostas pelos movimentos sociais sobretudo nas questões referentes à educação e em particular, a educação no campo.

Embora tenha criado o PRONERA em 1997, que em certa medida atendia aos movimentos sociais, em 1998, como forma de combater as ações dos movimentos sociais no campo, o governo federal, liderado por Fernando Henrique Cardoso – FHC, numa colisão do PSDB com vários partidos de direita e extrema direita, apoiado pelo “centrão”, com integrantes da bancada ruralista, da bancada da bíblia, bancada da bala e com apoio da burguesia nacional e internacional trouxe para o Brasil um programa educacional criado no México e que houvera sido levado para a Colômbia com a finalidade de combater a guerrilha no campo: o Programa escola ativa - PEA.

Esse programa, implementado pelo governo nacional, financiado pelo banco Mundial visava desmobilizar os movimentos sociais que desenvolviam intensa luta pela terra, sobretudo o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Esse programa foi transplantado da Colômbia para o Brasil, tendo chegado em língua espanhola e implementado apenas com a tradução para o português, sem nenhuma crítica ou adaptação para a realidade local. Mesmo se considerando que a realidade brasileira é bem diferente do restante da América Latina, o material do programa foi imposto de cima para baixo, para as populações que habitam no campo. Este programa encontrou forte resistência dos movimentos sociais que atuam no meio rural.

O programa escola ativa girava em torno de sua metodologia como centro de aprendizagem e foi destinado exclusivamente para professores que trabalhavam com classes multisseriadas e, foi implementado inicialmente nos estados das regiões norte, nordeste e centro oeste, sendo posteriormente (2008) estendido para as regiões sul e sudeste do Brasil. A escolha pelas regiões a ser implantada se deu devido ao fato de serem estas as que enfrentavam maiores conflitos na luta por reforma agrária no país.

A partir de 2008, ao se expandir para as outras regiões do país, o programa passou a contar também com o apoio das universidades, que assumiram a formação dos professores. Naquele momento, algumas universidades seguiram as metodologias e as orientações que saíam do MEC., outras porem, utilizando-se de sua autonomia didático-pedagógica passaram a dar uma formação que consideravam mais apropriada e de acordo com as necessidades dos professores que atuam no campo, propondo inclusive uma teoria pedagógica diferente.

Na UFSCar, tomando por base a pedagogia histórico crítica, fizemos uma primeira etapa em 2008 e, passamos a centrar o curso nos conteúdos, sem desprezar os aspectos

metodológicos. Atingimos uma quantidade relativamente pequena, mas foi importante para um primeiro contato. Naquele momento, desenvolvíamos o curso de pedagogia da terra e aproveitamos esta experiência para a implementação do curso de aperfeiçoamento do programa escola ativa.

O programa Escola ativa foi encerrado em 2011, momento em que foi substituído pelo programa “escola da terra”, muito mais abrangente e com apoio das universidades, como deveria ter sido desde o início do programa anterior. Assim, o programa escola ativa está de certa forma, na raiz do programa escola da terra, programa voltado para os professores que atuam nas escolas do campo.

Assim, ao falarmos das escolas do campo estamos falando de um tipo de escola que área carrega algumas especificidades, que não devem estar nos conteúdos transmitidos aos alunos, mas na forma e no perfil desses professores e professoras. A importância de trabalhar a partir destas especificidades está principalmente no fato de os cursos de formação de professores ignoram completamente as escolas do campo, pois a quase totalidade dos estudantes passam por toda a graduação sem sequer ouvir falar em salas multisseriadas, escolas unidocentes ou quaisquer outras especificidades das escolas da zona rural.

Ao se formar e se dirigir a uma escola da zona rural, muitas vezes os professores recém formados não sabem o que os esperam, quais as especificidades de seu trabalho, sobretudo o fato desta ocorrer, via de regra, em escolas unidocentes, com classes multisseriadas e, principalmente o fato de a escola ser, quase sempre o ponto de referência da comunidade, sendo muitas vezes a única agência do Estado presente no meio rural e o professor, em algumas comunidades, a única pessoa capaz de ler e interpretar textos como bulas de remédio, receitas e outras atividades não docentes.

Por ter especificidades, o próprio currículo muitas vezes precisa ser pensado de forma contextualizada pois quase sempre não se pode contar com uma equipe para pensar sobre os agrupamentos de alunos, tempos e espaços de trabalhos organizados de acordo com as possibilidades abertas pela própria legislação educacional. Além disso, muitas vezes o professor precisa também exercer o papel de diretor, coordenador pedagógico, agente de limpeza, agente educacional, merendeiro/a, etc.

Nas escolas unidocentes os professores não tem com quem discutir os problemas pedagógicos ou administrativos da escola. Não tem com quem trocar experiências e, como quase sempre estas escolas são multisseriadas, os professores trabalham com alunos de idades e níveis de aprendizagem distintos. Neste caso, é comum que os professores dividam a lousa em tantas turmas quanto forem as séries que ele leciona, com isso, o

tempo pedagógico que deveria ser destinado a cada série é bastante reduzido, pois, nem sempre se aproveita a experiência das diferentes aprendizagens para se fazer avançar no processo de ensino.

Além disso, muitas vezes a escola é o lugar de reuniões e de celebrações da comunidade e, o professor o agente organizador daquela comunidade que não é servida por postos de saúde, agência de correios, agência bancária, postos de combustíveis, mercados etc.

As escolas por sua vez, nem sempre contam com luz elétrica, água canalizada e rede de internet. Laboratórios e bibliotecas, quando as escolas as têm, também são deficientes, pois nem sempre contam com os materiais necessários para as experiências que os professores precisam ensinar a seus alunos.

Além de todas estas dificuldades enfrentadas pelos professores, a partir de 2020 tivemos que passar a conviver com a pandemia de corona vírus, COVID19, dificultando ainda mais o trabalho dos professores, sobretudo devido ao fato de que além dos professores não estarem preparados para o trabalho no modo remoto, o estado e os municípios também não estavam preparados para apoiar este tipo de trabalho.

Nesse aspecto, é significativo lembrar que em muitas áreas rurais as populações sequer tem acesso à internet, pois, como o oferecimento do serviço é feito pela iniciativa privada e as áreas rurais são pouco populosas, não há interesse por parte das operadoras na instalação de antenas, dado os custos das mesmas. Nesse caso, em muitos municípios de pequeno porte, as populações ainda são obrigadas a utilizarem a tecnologia 2G, quando as tem, pois muitas áreas nem esta tecnologia possui.

Se estas dificuldades aparecem para os professores, para os estudantes, via de regra são ainda maiores, pois em muitos lares é comum contar com apenas um aparelho de telefone móvel para toda a família e, quando se tem mais de um estudante na casa, o tempo de uso do aparelho por estudante para se fazer as tarefas tem que ser dividido, acarretando dificuldades para os estudantes, dado que em muitos casos, os telefones são de uso pessoal dos pais. Em alguns casos o telefone é também instrumento de trabalho.

Se os professores e estudantes tinham dificuldades para acessar a internet, estas dificuldades aumentava à medida que professores e estudantes, em muitos casos, foram obrigados a pagar pelo uso das dados utilizados na rede de computadores, pois, num primeiro momento, nem os governos dos Estados, nem as prefeituras ajudaram com o fornecimento de pacotes de dados para ser utilizados no ensino.

Não bastasse as péssimas condições de trabalho dos professores e as dificuldades dos alunos, estes ainda tiveram que enfrentar a resistência do governo federal que através da Lei Complementar 191/22, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), com base na Lei

Federal 173/2020, congelou todos os benefícios dos servidores públicos durante 18 meses, com a desculpa de que a União enviaria recursos para socorrer Estados e Municípios no período mais crítico da pandemia de Covid-19. Assim,

No (...) dia 8 de março [de 2022], o presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei que prejudica seriamente todos os professores e professoras da Educação Pública do país. Trata-se da **Lei Complementar 191/22**, que **permite que o tempo de serviço no período de maio de 2020 a dezembro de 2021 não seja contado para a concessão de benefícios**, como adicionais, licença-prêmio, anuênios, quinquênios e outros (SISMMAR, 2022, n.p. Grifo nosso).

Roubar do trabalhador da educação os direitos sobre um tempo de serviço em que ele dedicou muito mais horas de trabalho do que aquelas pelas quais foi contratado e recebeu seu salário, não apenas é cruel e desumano, mas a prova de que a educação, para o grupo que assumiu o poder no país a partir do golpe de 2016 se tornou algo a ser combatido, como se um povo educado se transformasse em inimigo daqueles que pensam apenas em como explorar cada vez mais a classe trabalhadora, classe esta que sempre foi expropriada pela burguesia Nacional e internacional.

Os professores e demais servidores públicos que se dedicaram aos seus trabalhos durante todo período em que a pandemia de corona vírus, COVID19, representou maior período para a sociedade dadas as ações de um governo que se negou a comprar vacina e que tratou os mortos pela pandemia com desdém, não surpreende ao apresentar,

essa nova legislação [que] desconsidera todo o trabalho dos professores e professoras das redes públicas, que passaram dois anos atuando com o ensino remoto, investindo em equipamentos com o dinheiro do próprio bolso e, muitas vezes, estendendo a jornada de trabalho para além da carga horária prevista. No texto, apenas os servidores da segurança pública e da saúde foram poupados (SISMMAR, 2022, n.p).

Levando em consideração as dificuldades que os professores têm que enfrentar, com perseguição de governadores, prefeitos, presidente, deputados e senadores de direita, além de alguns setores do judiciário, a sociedade civil precisa se organizar, buscar formação para melhorar a situação do ensino. Assim, os cursos de aperfeiçoamento, em um processo de formação continuada tem se tornado cada vez mais importante, sobretudo, diante do negacionismo de algumas autoridades e, da negativa de investimentos em educação, área que contou com constantes cortes de verbas por parte do governo Federal comandado pela direita e ultra direita brasileira que governa o país desde o golpe de 2016.

Mesmo em um momento de pandemia, em que todas as atividades tinham que ser realizadas remotamente o governo federal vetou ajuda financeira para o acesso à internet de

alunos e professores das escolas públicas, conforme apontado pela Câmara dos Deputados em 19/03/2021, como podemos ver

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei da Câmara dos Deputados que previa ajuda financeira de R\$ 3,5 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios garantirem acesso à internet para alunos e professores das redes públicas de ensino em decorrência da pandemia (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias, 2021, n.p).

Apesar do aumento da miséria em nossa sociedade, inclusive com o retorno do Brasil ao mapa da fome conforme tem apontado os vários órgãos de pesquisa, em agosto de 2022 o governo liderado por Jair Messias Bolsonaro e seu ministro da economia, o banqueiro Paulo Guedes vetou-se a proposição no orçamento, de destinação de mais verbas para a merenda dos estudantes do ensino público conforme pode ser observado a seguir

Mais um retrocesso para a educação. Nesta **quarta-feira (10)**, o presidente da República, **Jair Bolsonaro**, vetou o orçamento que afeta diretamente os **estudantes do ensino público**. O montante já aprovado pelo **Congresso Nacional**, seria repassado aos Estados e municípios, com foco na merenda escolar.

Atualmente, o governo repassa somente **R\$ 0,36** para a compra de merenda para os estudantes do ensino público fundamental e médio. O investimento para os **alunos do pré-escolar** é de **R\$ 0,53** (ALVARENGA, 2022, n.p).

O veto ao aumento de valores prejudica não apenas os estudantes, mas, sobretudo os pequenos produtores rurais, pois, são eles, os principais fornecedores de hortifruti utilizados nos alimentos das crianças. Assim, o governo federal atinge os trabalhadores nas duas pontas, na escola com a negação da comida e no campo com a inviabilização da agricultura familiar que deixa de ter uma importante fonte de consumo, para onde a produção era destinada. Como apontado,

Estes valores não passam por uma atualização desde 2017, e com o **veto de Bolsonaro**, a situação ficará ainda mais grave levando em consideração a **alta nos preços dos alimentos**. É uma combinação perigosa, afetando os **estudantes do ensino público** que, por vezes, têm a merenda escolar como **única refeição do dia**.

Destacando que o aumento na merenda escolar aprovado pelo **Congresso Nacional**, já está incluído na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**. De acordo com o texto, o reajuste é baseado na inflação e no orçamento do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)** (ALVARENGA, 2022, n.p. Grifo nosso).

O maior problema é que em tempos de desemprego elevado e, com queda na remuneração dos trabalhadores, a merenda escolar é, muitas vezes, a única refeição a que crianças das periferias das cidades tem acesso durante o dia.

Todas estas condições, acompanhadas do fato de que os cursos de formação de professores, sobretudo os cursos de pedagogia que formam os professores para ensinar nas séries iniciais não contam com disciplinas que discutam o processo de formação dos educadores do campo tornam cada vez mais importante cursos de aperfeiçoamento que servem para suplementar a formação dos professores do campo, categoria que vem sendo combatida de forma mais violenta pelo governo Federal quando este opta por vetar projeto de lei que prevê pedagogia da alternância para jovens do campo, pedagogia que intercala momentos de atividade escolar com períodos de prática no campo.

De acordo com o site da Câmara dos Deputados,

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado que inclui a pedagogia da alternância entre as metodologias adequadas aos estudantes da educação rural (PL 6498/16). O veto integral foi publicado na edição desta quinta-feira (23) do Diário Oficial da União. O projeto havia sido aprovado pela Câmara em 2017 e pelo Senado em maio último. O autor da proposta é o deputado Helder Salomão (PT-ES) (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias, 2022, n.p. Grifo nosso).

O argumento para o veto se encontra em uma questão de semântica, o que de certa forma demonstra a perseguição da direita e ultra direita que governa o país, aos movimentos sociais e aos povos do campo, visto que não aparecerem razões econômicas, educacionais, sociais etc., pois, de acordo com o site da Câmara,

Bolsonaro alegou que a proposição incorre em vício de inconstitucionalidade ao substituir a expressão “escolas rurais” pela expressão “escolas do campo”, de sentido mais restrito (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias, 2022, n.p.)

A miopia das camadas que administram o país neste momento o leva a argumentar que a expressão “escolas do campo”, se refere

somente às escolas situadas em ambientes rurais e que se enquadram na modalidade de educação do campo, enquanto aquelas podem se enquadrar nas modalidades de educação do campo, de educação escolar indígena e de educação escolar quilombola, disse (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias, 2022, n.p.)

Além disso, Bolsonaro afirmou no veto que a utilização da pedagogia da alternância nas escolas do campo “retira a possibilidade de outras modalidades de educação, que possuem diretrizes curriculares próprias”, afrontando o princípio da isonomia curricular previsto na Constituição (CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias, 2022, n.p.).

Ao vetar as escolas do campo, pretende-se vetar o acesso à escola a um grupo de alunos, de origem rural, que estudam em escolas famílias agrícolas, ou estão ligados às casas familiares rurais, que veem no modelo de alternância a possibilidade de ter acesso à escola, dado que este modelo permite que se perceba que as vivências num dado território podem ser compreendidas como elementos fundamentais no processo formativo dos alunos, além de evitar drasticamente a evasão escolar daqueles que precisam utilizar sua força de trabalho para se manterem enquanto estudantes.

A maioria destas escolas do campo, denominadas de escolas família agrícola - EFAs e casas familiares rurais - CFRs, são reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), o que significa que são escolas regulares que contribuem para melhorar a escolarização das pessoas que vivem no meio rural, bem como melhorar as condições de alfabetização do país. A lei que garantia o funcionamento das escolas família agrícola - EFAs e casas familiares rurais - CFRs foi aprovada através do projeto de lei da Câmara nº 184, de 2017, aprovado em maio de 2022, foi vetado integralmente pela Presidência no final de junho do mesmo ano, não fazendo nenhum sentido o seu veto, a não ser pelo fato de o presidente que a vetou expressar seu lado “capitão do mato” dos latifundiários que querem um país recheado com mão de obra escrava.

Conforme apontado pelo site UOL em 14 de agosto de 2022,

Ao aterrissar em Porto de Moz, no Pará, região Norte do Brasil, é possível perceber que, no lugar dos engarrafamentos das grandes cidades, os barcos seguem o fluxo do rio e a dinâmica e o acesso a saneamento básico, energia elétrica e educação vão enfrentar barreiras geográficas e financeiras maiores do que os grandes centros.

E, partindo da premissa de que é direito de todo cidadão ter acesso ao ensino de qualidade, no Brasil (e em alguns países do mundo), um modelo de ensino absolutamente revolucionário e inovador (apesar de já ser praticado há décadas), vem garantindo educação de qualidade e fortalecimento das culturas regionais para centenas de jovens nas regiões mais afastadas: as chamadas escolas família agrícolas (EFA) e casas familiares rurais (CFR) (PAIVA, 2022, n.p).

De acordo com o administrador de empresas e antropólogo, fundador e presidente do Instituto Interelos, Aerton Paiva,

É visível o impacto, a diferença que o ensino rural faz na vida de alunos, professores, de toda a comunidade. Com tudo isso, é possível afirmar que a argumentação do Governo Federal para vetar esse projeto de lei, em não reconhecer a pedagogia da alternância, prejudica ainda mais o repasse de recursos para essas escolas. É um desperdício de oportunidade sem precedentes (PAIVA, 2022, n.p).

Para Aerton,

O governo brasileiro, ao vetar tal projeto de lei, mais uma vez atua para desmobilizar tudo aquilo que cria massa crítica e que fortalece as culturas regionais. O argumento utilizado para o veto, de que as escolas famílias propiciam um tratamento não isonômico, é totalmente enganoso. Essas escolas não têm nenhum critério de exclusão, não há discriminação. Muito pelo contrário, essas instituições acolhem e moldam o seu projeto político pedagógico à realidade de cada lugar, construindo as bases da escola junto com a comunidade. Uma escola no Amapá, por exemplo, construída dentro de um quilombo, fez uma adequação pedagógica trazendo conteúdo sobre o período da escravidão no Brasil e sobre as questões quilombolas. A autonomia, portanto, faz parte dessa modalidade de ensino (PAIVA, 2022, n.p).

Assim, podemos compreender os mecanismos utilizados pela burguesia brasileira como formas de manter o controle sobre a massa da classe trabalhadora sem acesso ao conhecimento sistematizado e, sobretudo àquele conhecimento dominado pelas camadas dominantes da sociedade.

Conclusões

Considerando as questões elencadas e, as dificuldades de acesso e permanência dos estudantes dos cursos de formação de professores, considerando também que a maioria dos cursos de formação de professores ocorrem em faculdades particulares, onde a preocupação com a qualidade do ensino quase sempre é menor do que a preocupação de contar com mais um cliente que precisa pagar pelo curso, os professores se veem obrigados a investir ainda mais na própria formação continuada, como forma de melhorar sua atuação na sala de aula.

Além disso, exceto nos cursos de “pedagogia da terra”, cursos promovidos a partir de convênio entre as universidades e o programa nacional de educação na reforma agrária – PRONERA e, muitas vezes até mesmo em alguns desses cursos, não se discute a relação dos professores com as classes multisseriadas, bem como não se fala sobre o trabalho em escolas unidocentes. Também pouco se discute o papel da escola no campo em sua totalidade.

As especificidades da escola do campo, a formação por alternância as condições de trabalho de professores que às vezes é a única pessoa capaz de ler e compreender um documento na comunidade, a permanência por vários dias ou até semanas longe de casa para se dedicar à escola nem sempre são abordadas durante a formação acadêmica.

As dificuldades de acesso à escola devido às condições de estradas, bem como as condições de bibliotecas, laboratórios, quadras de esportes, etc, tornam fundamentais cursos como que possibilitem aos professores que atuam no campo melhores condições para conhecer o trabalho do professor.

Referências

- ALVARENGA, L. *Bolsonaro veta orçamento que afeta os estudantes do ensino público*. Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-orcamento-que-afeta-os-estudantes-do-ensino-publico/>. Acesso em: 25 ago. de 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias. *Presidente veta projeto de lei que prevê pedagogia da alternância para jovens do campo*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/889613-presidente-veta-projeto-de-lei-que-preve-pedagogia-da-alternancia-para-jovens-do-campo>. Acesso em: 25 ago. de 2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS - Agência Câmara de Notícias. (2021). *Bolsonaro veta ajuda financeira para internet de alunos e professores das escolas públicas*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/737836-bolsonaro-veta-ajuda-financeira-para-internet-de-alunos-e-professores-das-escolas-publicas>. Acesso em: 25 ago. de 2022.
- JUNQUEIRA, D.; LOBATO, G.; ROSSI, M. *68% da Câmara vota contra meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/reporter-brasil/2022/08/15/ruralometro-68-da-camara-vota-contrambiente-indigenas-e-camponeses.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- PAIVA, A. *Veto presidencial coloca em risco educação na Amazônia*. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2022/08/14/veto-de-bolsonaro-e-oportunidade-perdida-de-apoiar-defensores-da-amazonia.htm>. Acesso em: 25 ago. de 2022.
- PIRES, I. *Armamentistas incentivam aumento de armas de fogo e clubes de tiro no campo*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2022/08/15/armamentistas-clubede-tiro-campo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- SANTOS. Alessandra de Sousa dos, CARVALHO. Flávia Sanches de. *Necessidade de formação versus vontade política: Educação no Campo e Escola da terra no estado de São Paulo*. In.: SANTOS. Maria Cristina dos e SANTOS NETO, José Leite dos. *Formação de professores para escolas rurais no Estado de São Paulo: Ensino em salas multisseriadas*. São Carlos, Pedro e João editores. 2021.
- SISMMAR – Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária. *Bolsonaro sanciona lei que confisca 18 meses do tempo de serviço de professores da rede pública*. Disponível em: <https://sismmar.com.br/site/bolsonaro-sanciona-lei-que-confisca-18-meses-do-tempo-de-servico-de-professores-da-rede-publica/>. Acesso em: 25 ago. de 2022.